



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM SISTEMA DE GARANTIA DOS
DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

PRISCILA SILVA DOS ANJOS

Círculos de diálogo: Refletindo sobre a questão étnica racial no Centro de Internação de Adolescente Masculino (CIAM SIDERAL) da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA).

Belém/PA
2022

PRISCILA SILVA DOS ANJOS

Círculos de diálogo: Refletindo sobre a questão étnica racial no Centro de Internação de Adolescente Masculino (CIAM SIDERAL) da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA).

Trabalho de Conclusão de Curso orientado pela Prof. Dr. Waldir Ferreira de Abreu, apresentado ao Curso de Especialização Lato Sensu em Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

Belém/PA
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com
ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Anjos, Priscila Silva dos.

Círculos de diálogo: : Refletindo sobre a questão étnica racial no Centro de Internação de Adolescente Masculino (CIAM SIDERAL) da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA) / Priscila Silva dos Anjos. — 2022.

22 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Waldir Ferreira de Abreu
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) -
Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação,
Especialização em Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e
Adolescentes, Belém, 2022.

1. Sócioeducação. 2. Racismo. 3. SINASE. I. Título.

CDD 370

PRISCILA SILVA DOS ANJOS

Círculos de diálogo: Refletindo sobre a questão étnica racial no Centro de Internação de Adolescente Masculino (CIAM SIDERAL) da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA).

Trabalho de Conclusão de Curso orientado pela Prof. Dr. Waldir Ferreira de Abreu, apresentado ao Curso de Especialização em Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes. do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

APROVADA EM: 22/09/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Waldir Ferreira de Abreu
Orientador – UFPA

Prof. Dr. Damião Bezerra Oliveira
Examinador Interno – UFPA

Prof. Dra. Danielle Cristina de Brito Mendes
Examinadora Interno – UFPA

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. JUSTIFICATIVA.....	10
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
4. PÚBLICO ALVO.....	16
5. OBJETIVO.....	16
5.1 Objetivo Geral.....	16
5.2 Objetivos Específicos.....	16
6. METODOLOGIA.....	16
7. META.....	17
8. PLANO DE AÇÃO.....	18
9. SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	19
10. CRONOGRAMA.....	19
11. RECURSOS.....	20
11.1. Recursos Materiais.....	20
11.2 Recursos Humanos.....	20
11.3 Recursos Financeiros.....	21
12. PERSPECTIVAS FUTURAS.....	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	22

RESUMO

O espaço de privação de liberdade de adolescentes em cumprimento de medida provisória cautelar é um lugar social em que é possível observar diversas características e representações sociais de adolescentes. Notam-se os efeitos da evidente discriminação presente nas apreensões policiais e no cumprimento de medidas socioeducativas, pois a maioria dos custodiados são negros e encontram-se em vulnerabilidade social e econômica, constituindo exclusão e controle do corpo negro que reafirma as memórias e herança do racismo na construção escravista da sociedade brasileira. Nesse sentido, o projeto pretende fortalecer ações que atendam as prerrogativas do eixo estratégico “diversidade étnica, racial, de Gênero e orientação sexual” disposto no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) envolvendo a comunidade socioeducativa do Centro de Internação de Adolescente Masculino (CIAM- SIDERAL), da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), localizado na Região Metropolitana de Belém. O projeto busca reunir a comunidade socioeducativa utilizando círculos de diálogos, palestras e oficinas para abordar questões étnicas e raciais, de gênero e à orientação sexual. Reconhecemos que as temáticas são desafiadoras pois ainda é preciso superar o estigma ao adolescente em cumprimento de medida cautelar, além do machismo, racismo, preconceito e discriminação que ainda existem no ambiente socioeducativo.

Palavras-Chave: Socioeducação; Racismo; SINASE.

ABSTRACT

The space of deprivation of liberty of adolescents in compliance with provisional measures is a social place where it is possible to observe various characteristics and social representations of adolescents. The effects of the evident discrimination present in police apprehensions and in the fulfillment of socio-educational measures are noticeable, since most of the detainees are black and are socially and economically vulnerable, constituting exclusion and control of the black body that reaffirms the memories and legacy of racism in the slave construction of Brazilian society. In this sense, the project aims to strengthen actions that meet the prerogatives of the strategic axis "ethnic, racial, gender and sexual orientation diversity" set forth in the National System for Social and Educational Services (SINASE) involving the social and educational community of the Adolescent Detention Center for Men (CIAM-SIDERAL), of the Social and Educational Services Foundation of Pará (FASEPA), located in the Metropolitan Region of Belém. The project seeks to bring together the socio-educational community using dialogue circles, lectures and workshops to address racial and ethnic, gender and sexual orientation issues. We recognize that the themes are challenging because it is still necessary to overcome the stigma attached to adolescents serving a sentence, as well as the sexism, racism, prejudice and discrimination that still exist in the socio-educational environment.

Keywords: Social Education; Racism; SINASE

1. INTRODUÇÃO

A percepção do corpo negro como ser dotado de direitos, saberes, cultura, ancestralidade inserido na sociedade capitalista, é tarefa tão urgente quanto árdua. O cenário atual ainda é desafiador pois impõe debates sob uma (ou diversas) perspectiva colonizadora, que ainda refere ao negro o lugar de inferioridade e ameaça.

No período da escravidão não existia apenas um indivíduo sem liberdade, mas todo o seu grupo, isto é, um grupo composto por homens e mulheres africanos negros e submetido às diversas formas de violência. Uma forma, portanto, que gestou preconceitos ao longo de gerações. Sabemos que estas práticas cruéis se estendiam também a composição da “estrutura” familiar dos africanos escravizados que era severamente fragilizada com as imposições do sistema (MATTOS, 2013).

Diversas formas de violências foram utilizadas amparadas pela dominação religiosa, pelo racismo científico, pelas teorias raciais e legislações para justificar a escravidão, a opressão e a morte ao negro. O racismo é estrutural pois está na gênese das relações sociais, no campo políticas, na economia e no campo do pensamento de pessoas que acreditam na superioridade humana através da cor não negra.

Ainda que não vivenciemos o período colonial nas características iniciais o lugar do negro nesse sistema não teve reparação com a transição para o capitalismo, ao contrário, houve outras formas de consolidar o racismo nas inúmeras consequências que perpetuam à população negra (sobre tudo na particularidade da população negra da amazônica a qual eu me incluo). Nas palavras de LEAL (2015, S/P), “valendo-se da miséria social preexistente, que a colonização houvera criado, o Capital, através das exigências que a Acumulação fazia surgir, reproduzia essa miséria como uma exigência da contribuição da Amazônia à acumulação capitalista”.

O legado histórico das fases do capital não exclui as práticas discriminatórias cotidianas, invisibilidade e estigmatização de grupos minoritários, ou seja, que não atendem aos interesses do capital. E ainda que a exploração humana mude com o tempo, o que temos é uma metamorfose utilizando bases coloniais. De acordo com Valente apud Eurico (2020, pp. 21),

Escravidão e capitalismo não se confundem, mas se relacionam: o capitalismo criou e depois destruiu a escravidão. O trabalho escravo foi a base sobre a qual o capitalismo pôde se desenvolver, funcionar e expandir em sua fase mercantil, caracterizada pela produção de mercadorias nas colônias e sua comercialização entre as metrópoles europeias. E o mercantilismo, por sua vez, criou algumas condições básicas à passagem para as fases seguintes do capitalismo – industrial e a monopólica.

A situação da juventude negra no que tange informações de estudos e pesquisas relacionadas à violência, letalidade, privação de liberdade, ainda apresentam índices

preocupantes. Também surge como a população que aponta índices maiores de desigualdade de acesso a direitos sociais como educação, saúde, moradia, entre tantos outros, em relação à população denominada “não negra”.

Para além dos marcadores de gênero, idade, classe, pensar a adolescência negra é ter a responsabilidade de compreender as universalidades e particularidades que atravessam esse público, pois na sociedade capitalista a “coisificação” do outro não se limita apenas no seu “valor” enquanto força produtiva, mas desumaniza a subjetividade nas relações sociais que esse corpo pode produzir e que não é mercadoria, logo, não gera lucro.

A localização do jovem negro, pobre e periférico na sociedade capitalista contemporânea exige uma contextualização histórica mais profunda, e deve se considerar as singularidades e particularidades que envolvem essa população na Amazônia.

A ideia do projeto de intervenção com a temática da questão racial se vincula às vivências da discente enquanto mulher negra, que experienciou uma maternidade solo, ingressa pelo sistema de cotas nos cursos de bacharelado em Serviço Social em 2011 e atualmente cursa o mestrado em Serviço Social no Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA), ambos pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e pela experiência como servidora pública efetiva com cargo de socioeducadora lotada no Centro de Internação Provisória Masculino (CIAM SIDERAL) da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA).

A FASEPA é instituição criada em 1967 inicialmente com a nomenclatura FBESP (Fundação do Bem-Estar Social do Menor) e posteriormente recebeu a denominação de FUNCAP (Fundação da Criança e Do Adolescente do Estado do Pará) regulamentada pela lei nº 5.789, de 22 de dezembro de 1993. Já o CIAM SIDERAL foi criado em 2007, inicialmente pensado para ser uma unidade de atendimento socioeducativo de medidade de internação, sendo reavaliado a ser um centro de internação provisória masculina.

O presente projeto de intervenção pretende contribuir para estratégias de trabalhar o eixo estratégico que aborda a diversidade étnico-racial, que é uma prerrogativa do Sistema Nacional de Socioeducação (SINASE).

A Fundação efetiva o atendimento ao adolescente em situação de cometimento de ato infracional, na faixa etária de 12 a 21¹ anos, objetivando um atendimento socioeducativo com base, principalmente, nas prerrogativas do Estatuto da Criança do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) regulamentado pela lei nº 12.594 de 18/01/2012. Atualmente possui quinze unidades destinadas ao atendimento

¹ Atualmente, o ECA prevê três anos como tempo máximo de internação. O jovem pode ficar internado até os seus 21 anos, em casos específicos em que o ato infracional tenha sido praticado na sua adolescência.

socioeducativo, atendendo as fases de medida socioeducativa de internação, semiliberdade e a medida cautelar de internação provisória, distribuídas na região do Baixo Amazonas, região do Guajará e Região do Carajás e uma unidade que não mantém adolescentes custodiados mas fica responsável pelas demandas de eixo estratégico Esporte, Cultura e Lazer do SINASE, localizada no município de Ananindeua.

Para a realização do projeto de intervenção foi selecionado o **Centro de Internação de Adolescente Masculino (CIAM SIDERAL)** devido à especificidade da medida cautelar de internação provisória em que o adolescente ficará, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias, custodiado, segundo o art. 108 do ECA.

2. JUSTIFICATIVA

Para realizar o projeto de intervenção no âmbito socioeducativo é importante ter como suporte teórico o que estabelece o ECA, o SINASE (especificamente o eixo estratégico Diversidade Étnica Racial, de gênero e orientação sexual, dando ênfase à questão racial) e a lei nº10.639/2003, que inclui, obrigatoriamente, no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

No caso do Brasil, até a promulgação do ECA, a legislação menorista avançou lentamente por onde passaram os Códigos de Menores de 1927 e de 1979 baseados na chamada doutrina da situação irregular em que juízes detinham o poder sob decisões da vida da criança e do adolescente em prol da moral e no combate a delinquência.

O local selecionado para o desenvolvimento do projeto de intervenção custodia adolescentes oriundos da região metropolitana de Belém e diversos municípios do Estado do Pará, que acusados de cometer ato infracional, permanecerão internados provisoriamente e participarão de audiências, até que o juiz profira decisão judicial.

Até que ocorra a sua liberação ou transferência, o adolescente custodiado desde então estará inserido no Sistema de Garantia de Direitos (SGD), no qual, insere na rede de apoio e proteção às crianças e adolescentes tanto das esferas governamentais, da sociedade civil e da família, pois neste sistema existem três eixos estratégicos: Defesa, Promoção de Direitos e Controle Social.

O interesse na temática se tornou crescente a partir de minha pesquisa em 2015, para a conclusão de curso em Serviço Social, em que foi pesquisado a questão da reincidência de adolescentes no Centro de Internação de Adolescente Masculino (CIAM SIDERAL) a partir de indicadores de gênero, raça, idade, condição socioeconômica que demonstraram que o perfil do

jovem apreendido. As análises convergiam para alarmantes dados sobre a população negra, jovem e pobre do país. Sendo este o público que mais corresponde ao perfil do público privado de liberdade e que mais sofre com a letalidade, segundo pesquisas².

As medidas socioeducativas foram instituídas para que o adolescente possam ter acompanhamentos qualificados enquanto estiverem sob a custódia do Estado, com teor pedagógico e caráter educacional e, que possa ser efetivado posteriormente para o convívio familiar e comunitário, além de que, os atendimentos e atividades direcionadas trabalham com o intuito de que possa desenvolver sua cidadania através de seus direitos e deveres, e que não venha cometer uma reincidente conduta da prática de ato infracional. No entanto, é preciso atentar ao fato de que o avanço na legislação infantojuvenil não acompanhou à prática de sua efetivação, pois, mesmo com o aparato de leis, ainda sofrem com a violação de seus direitos.

Observo no cotidiano do centro, mesmo após decorrido 07 (sete) anos da pesquisa que realizei na graduação, a mesma tendência em que a maioria dos adolescentes que adentram ao centro são negros, pobres e moradores de áreas periféricas. Com o ingresso no centro, aguardarão a decisão judicial que caberá aplicação de medida socioeducativa ou desinternação. No entanto, chama atenção que adolescentes em situação de vulnerabilidade, por vezes sejam os mais punidos, pois tornam-se atenuantes para aplicação de medidas socioeducativas de internação o envolvimento de adolescentes com facções, comprometimento com substâncias ilícitas, conflitos familiares e não estar matriculado em rede regular de ensino. Desta forma, abordar a questão racial com os adolescentes que cometeram ato infracional, dentro de uma instituição como a FASEPA provoca o pensamento colonial ainda existente na sociedade. A partir desse contexto,

Questões da diversidade cultural, da igualdade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual deverão compor os fundamentos teórico-metodológicos do projeto pedagógico dos programas de atendimento socioeducativo; sendo necessário discutir, conceituar e desenvolver metodologias que promovam a inclusão desses temas, interligando-os às ações de promoção de saúde, educação, cultura, profissionalização e cidadania na execução das medidas socioeducativas, possibilitando práticas mais tolerantes e inclusivas. (CONANDA, p.49, 2006)

Importante pontuar que na organização institucional, a Diretoria de Atendimento Socioeducativo (DAS) fica responsável pelo planejamento de ações socioeducativas que serão executadas nos centros e nas unidades e centro de atendimento socioeducativo, destacando equipes técnicas de referência para o planejamento e monitoramento dos eixos do SINASE. O que ocorre, na maioria das vezes, é a abordagem do tema em datas comemorativas, geralmente com atividades lúdicas culturais, mas carentes de reflexão sobre o que é ser no país.

² Segundo o Mapa do Encarceramento dos Jovens, Atlas da Violência e Rede de Observatórios da Segurança.

O projeto se mostra relevante no ambiente de privação de liberdade pois ainda é possível encontrar divergências e até mesmo resistência entre alguns profissionais no tange a prática socioeducativa destinada a adolescentes, particularmente quando condutas morais e pessoais se deparam com articulações necessárias para a garantia de direito do adolescente.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Remontando ao contexto histórico das relações estabelecidas com a população negra, ainda é possível identificar que o processo da invasão dos europeus que configurou na colonização dos povos originários que aqui habitavam, ainda vem sendo reproduzido a medida que do viés modernizador emerge o contexto excludente de raça, etnias, classe social e econômica, além da tentativa de desqualificar o senso comum como base de narrativas que transmitem conhecimento e saberes. Este movimento violento, discriminatório e racista tende a ficar cada vez mais sofisticado com o avanço do capitalismo.

É inegável o padrão sócio-histórico que pune e discrimina, especialmente, a população negra e pobre, para tal análise há de se considerar às concepções históricas em que não haviam estratégias de proteção para este público, no que suas expressões de resistências se tornaram suas “políticas” de enfrentamento. (EURICO, 2020)

Após a instalação da República, vários veículos de rede de comunicação da época, emitiam alertas de que a mesma criança que brincava nas ruas poderia, de maneira ágil, cometer um roubo, sozinho ou em bando. Os índices da criminalidade e delinquência era relevantes. Quem detinha o poder econômico e político, apontava como solução do problema, a inserção na escola ou na “pedagogia de trabalho”, para que fossem, além de ocupados, rentáveis, diminuindo assim, as possibilidades de desordem à sociedade (RIZINNI, 2011).

Nesse contexto histórico de exploração do corpo infantil ou juvenil, o corpo negro vai sendo associado para uso especialmente do trabalho braçal, ora associado como propriedade do senhor, ora como força produtiva para o Estado, este último atendendo as justificações de civilidade e combate a criminalidade.

Rizinni (2011), acerca da passagem do século XIX para XX, explica que a sociedade brasileira passou a enxergar a criança e adolescente com ambiguidade: poderiam estar ameaçados por suas condições de pobreza e riscos sociais, mas também poderiam ser ameaçadores a ordem da sociedade, caso fossem consideradas um ciclo repleto de atitudes inadimplentes e degradantes. Surgiram também as primeiras medidas de controle social, já chamadas de proteção à infância

que compunham estratégias para educar e reparar possíveis danos à sociedade.

Os registros da prática de atos infracionais cometidos por adolescentes, principalmente por aqueles das classes baixas – comumente considerados como seres de alta periculosidade, ou como reflete Foucault (1987), as “classes perigosas” - em sua maioria escamoteiam e tornam invisíveis as violações de direitos que permeiam ou permearam a vida desses sujeitos, particularmente em relação a educação e a violência a que sofrem.

A pesquisadora Zélia Amador de Deus (2020, p 38) aponta a relação do racismo e poder sob a ótica de Foucault: “o racismo é o modo pelo qual o poder do Estado decide quem vai viver, quem vai morrer, é a maneira mais eficaz de produzir o desequilíbrio entre os grupos de uma população”.

No caso de adolescentes acusados de cometer ato infracional, o sistema judiciário é o detentor do poder que vai decidir sobre a liberdade ou reclusão do indivíduo no sistema socioeducativo, após a apuração do ato infracional. No entanto, o que não passa despercebível é a cor dos adolescentes que são apreendidos e custodiados, pois eles são negros e além de negros são pobres.

Nas palavras de Zélia Amador (2020, p. 38) a morte de um indivíduo pode significar a liberdade do Estado ou do grupo “político, econômico e ideológico” dominantes, a atuação do Estado pode vir a ser também uma morte simbólica do outro. Esse controle dos corpos vai ser denominado de biopoder por Foucault.

O poder do Estado pode se manifestar de diversas maneiras, que vão desde o que se pode chamar de “definição racial” até o controle das oportunidades de emprego, educação, habitação, etc. O Estado tem poder fundamental tanto no alívio quanto no aumento das dificuldades das vítimas do racismo.

Sobre os estudos a respeito da garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, é inquestionável que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, em 13 de julho de 1990, foi considerado um marco para o Brasil e também para a profissão. O ECA em seu art. 103 a descrição do que é ato infracional e no art.112 traz sobre medidas socioeducativas, levando em consideração a condição peculiar de desenvolvimento desses sujeitos. A partir desse entendimento jurídico, são criadas as Unidades de Medidas Socioeducativas “vez que as medidas socioeducativas possuem uma dimensão jurídico- sancionatória e uma dimensão substancial ético-pedagógica” (CONANDA, 2006, p.51).

No âmbito da socioeducação, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA aprovou e publicou a resolução nº119, estabelecendo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), posteriormente sancionada na lei de nº Lei

12.594 de 2012, consolidando assim uma política pública destinada aos adolescentes em conflito com a Lei.

Lembremos que a partir da Constituição Federal de 1988, com o ECA e SINASE passou-se a identificar, a infância e a juventude para além de sua condição de vulnerabilidade, remetendo a responsabilização destes ao Estado, família e sociedade, e que mesmo sido considerado um divisor de águas, pontua-se sob o atraso de décadas, em relação a Declaração dos Direitos das Crianças, publicada em 20 de novembro de 1959 pela ONU.

Entretanto ocorre que, atualmente com o avanço das bancadas políticas que remontam ao ultraconservadorismo, a discussão sobre o ato infracional sofre severas infiltrações de desejos punitivos e práticas de extermínio pela própria sociedade, geralmente proferidos por indivíduos que se intitulam “pessoas de bem”. Com isso, as pautas que envolvem direitos da criança e adolescente, especificamente, da infância e juventude negra, precisam ser discutidas em terreno sólido para combater não apenas as desinformações quanto a garantia de direitos destes, mas intensificar e ampliar os espaços de debate, pois o legado do sistema escravista ainda nos traz heranças severas.

A atenção com classes sociais, etnias, orientação sexual, e sobretudo a punição do corpo, surge como uma tentativa de controlar a “normalidade social” dos grupos conservadores em relação grupos considerados minoritários. Com isso, não se pode ignorar a “cor” dos indicadores de (in)segurança e a “cor” da civilização da sociedade padrão que, particularmente, na sociedade capitalista, o indivíduo para sobreviver e existir, precisa ser capaz de produzir, consumir e gerar lucro ao sistema.

Quando a violência étnico-racial é cometida pelo próprio Estado, personificada nas figuras dos profissionais que integram o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, a questão se desloca para o âmbito do racismo institucional, mais difícil de ser identificado porque diluído nas normas e práticas cotidianas (...) (EURICO, p. 19, 2020)

Os desafios de trabalhar a diversidade étnica racial na socioeducação são inúmeros, mas especificamente, exige atenção sobre os aspectos punitivos do judiciário que atravessam frontalmente às questões de raça, território, escolaridade. A maioria dos adolescentes que são apreendidos vivenciam a vulnerabilidade no seu cotidiano, uma delas são as condições de suas moradias, com características consideradas inadequadas de acordo com critérios do IBGE³.

Tratar a temática da diversidade étnica racial, de gênero e orientação sexual nas unidades de medida socioeducativa, particularmente na diversidade racial, recai inevitavelmente em

³ Para o IBGE “o local adequado atende aos critérios de separação e independência no local de habitação, sem a necessidade de passar por demais moradias de outras pessoas, que tenham espaços compreendidos para atender as necessidades básicas.”. In. IBGE, disponível em https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0, acessado em 26 de agosto de 2022.

abordar às questões de escravidão e formação da sociedade capitalista industrial, que desde seu início em XIX, não deu condições de acesso à moradia, trabalho, educação, especialmente da população negra – o que agravou o cenário de miséria no país, forçando milhares de ex-escravizados, amontoarem-se nas periferias das cidades maiores, surgindo então, as primeiras favelas constituídas de famílias ou indivíduos que embora tivessem conquistado o direito à liberdade, permaneceram aquém dos direitos de igualdade social, além da exclusão na participação política e restrito acesso à educação, o que os mantinham em condição de subalternos, uma vez que não eram integrados neste novo sistema econômico.

Os muitos jovens, a maioria negros, tomam conhecimento e vivenciam seus direitos sociais básicos, como alimentação, saúde, educação, esporte, lazer e profissionalização, quando estão em cumprimento de medida socioeducativa. O agravante é que seu retorno à sociedade os enquadrarão como delinquentes, infratores, violentos, perigosos, ou seja, permeado do estigma sobre o cumprimento da medida.

O ambiente socioeducativo pode ser um ambiente de reprodução de comportamentos machistas, racistas, homofóbicos, religiões de matrizes africanas, como brincadeira ou conselhos partidos de concepções morais individuais, criando uma interação que aparentemente não se torna prejudicial, mas certamente danosa para uma relação de convívio em sociedade no qual deve-se respeitar a diversidade e o pluralismo dos indivíduos.

Na prática, a discussão e o combate sobre a diversidade no ambiente socioeducativo é escassa, e se torna mais desafiador na medida de internação provisória devido o prazo de permanência do adolescente ser apenas no máximo 45 (quarenta e cinco) dias e situações consideradas mais emergentes e burocráticas, a exemplo de cumprir prazos expedidos pelo judiciário para a entrega de relatórios, se sobrepõem, na maioria das vezes, a efetivação de trabalhos de grupos sistemáticos que abordem a questão do preconceito, discriminação e racismo.

A ideologia da classe dominante escravista, racista e machista insiste em discriminar diversidade humana como questões de raça/etnia, gênero, sexo, por isso é tão importante que o debate sobre diversidade tenha campo fértil em ambientes socioeducativos, em que se fomente diálogos sobre o que faz parte do cotidiano dos adolescentes que sofrem com o preconceito e discriminação.

Assim o projeto visa investir na capacidade do jovem desenvolver o interesse por questões relacionadas a diversidade e reconhecer elementos fundamentais para o exercício da cidadania a partir da reconstrução dos espaços de vivências de modo que consiga desenvolver críticas e estratégias de seu cotidiano e identificação de seus direitos. Além de envolver a comunidade

socioeducativa, que em sua maioria é negra também, ampliando um debate que é importante para a sociedade de forma geral e não apenas para um público específico.

O tratamento dado a diversidade pela negação das determinações de classe, sexo, raça/etnia e outras injunções não estruturantes, como a geração, a condição física e a regionalidade, tem identificado, diversidade como especificidade de grupos analisados em si mesmos, tendendo a reforçar um individualismo exacerbado de negação da sociabilidade humana” (NASCIMENTO, CRUZ e PONTES, 2019, p 4)

Desta forma, a partir de diálogos, que envolverão, técnicos, professores da SEDUC, socioeducadores e parceiros externos, o projeto de intervenção se torna exequível no prazo de sete semanas, com abordagem de temas transversais com eixo na questão racial.

4. PÚBLICO ALVO

Servidores, familiares e adolescentes custodiados no Centro de Internação de Adolescente Masculino- CIAM SIDERAL.

5. OBJETIVO

5.1 Objetivo Geral

Proporcionar espaços de diálogos sobre a diversidade étnica racial, de gênero e orientação sexual no Centro de Internação de Adolescente Masculino CIAM SIDERAL.

5.2 Objetivos Específicos

1. Realizar diálogos que promovam a interação dos adolescentes custodiados a partir da abordagem do eixo estratégico do SINASE “Diversidade étnica racial, de gênero e orientação sexual.”
2. Realizar palestras com as famílias e adolescentes sob a temática Diversidade e Direitos Humanos na sociedade contemporânea.
3. Promover oficinas pedagógicas com os servidores e adolescentes sob temas que abordem a diversidade étnica racial, de gênero e orientação sexual, no ambiente socioeducativo.

6. METODOLOGIA

A escolha pelo espaço Centro de Internação de Adolescentes Masculino (CIAM

SIDERAL), localizado em Belém do Pará, se deu pela ausência de uma rotina pedagógica que envolva atividades que fomentem discussões acerca da diversidade étnica racial como ferramenta para o desenvolvimento e protagonismo juvenil.

As atividades serão realizadas na sala multi meio ou nas salas de escolarização. Devido parceria com a Secretaria de Educação (SEDUC), estarão integrados os professores que diariamente desenvolvem atividades pedagógicas, além da equipe técnica multidisciplinar da unidade, composta por 05 (cinco) Assistentes Sociais, 03 (três) psicólogos, 02 (dois) pedagogos, denominada Equipe Técnica de Referência⁴, e 01 (uma) socioeducadora na função de apoio técnico.

A ideia central do Projeto de Intervenção (PI) será proporcionar momentos de interação e ludicidade entre os socioeducandos, de forma que possam ser recontadas as histórias de cada um e criar espaços para positivar narrativas a respeito da questão racial e diversidade na sociedade, contanto histórias de resistências, ilustrações, poemas, músicas e filmes.

As demais fases do projeto serão a aplicação de questionários avaliativos das ações, sendo estes direcionados exclusivamente aos adolescentes. A responsabilidade de elaborar e executar as etapas do projeto ficará a cargo de uma equipe⁵ composta por 02 assistentes sociais, 02 psicólogos, 01 pedagogo, 03 professores da SEDUC e 01 coordenador geral de monitoria.

Após a realização das atividades do projeto, além das habituais apresentações em textos e tabelas, os resultados serão apresentados como narrativas, relatos ou performance que possa melhor representar os resultados obtidos.

7. META

O Projeto de Intervenção tem como meta atingir o mínimo de 90% adolescentes custodiados no CIAM SIDERAL, considerando a excepcionalidade da medida, o tempo máximo de 45 dias de custódia no centro e demais atividades externas e internas destinadas ao adolescente; 50% da participação dos familiares, considerando que muitas famílias moram em municípios distantes na região metropolitana de Belém e situação de vulnerabilidade social e econômica e no mínimo 90% dos socioeducadores do centro, em virtude do horário de escala de plantão, férias, licenças e demais atividades que justifiquem a ausência do servidor.

⁴ A equipe técnica de referência no centro, fica responsável em realizar atendimentos e encaminhamentos técnicos aos adolescentes e familiares, frente as demandas e rotina institucional. Ainda que seja uma equipe multidisciplinar, no presente texto do projeto, não será identificada pelo tal termo, mas sim, como equipe de referência.

⁵ A equipe responsável pela elaboração das etapas do projeto, também será a mesma pela execução, desta forma no texto, ela aparecerá denominada equipe de execução. A equipe responsável pela elaboração das etapas do projeto, também será a mesma pela execução, desta forma no texto, ela aparecerá denominada equipe de execução

Espera-se que a participação no projeto tenha crescente adesão voluntária dos adolescentes, servidores e familiares e contribua para a promoção do protagonismo juvenil no ambiente socioeducativo.

8. PLANO DE AÇÃO

As ações terão a duração de 1:00 h e serão realizadas às 3ª e 6ª feiras. Nas terças-feiras das 9h até 10h, para a turma dos adolescentes da Ala⁶⁶ “A”, e às sextas-feiras, seguindo o mesmo horário, para a turma da Ala “B”. As tardes estarão reservadas as ações que por algum imprevisto não possam ser realizadas pela manhã e a sexta-feira foi escolhida devido baixo números de audiências agendadas pelo judiciário neste dia da semana.

O projeto discorrerá das seguintes atividades:

1. Reunião com a gestão do centro e equipe executora pelo projeto, para expor as estratégias pedagógicas para abordar os temas do eixo em sala de aula e que contemplem as experiências do cotidiano dos alunos.
2. Apresentação do PI, em dois momentos, primeiramente a Diretoria de Atendimento Socioeducativo (DAS) e Diretoria Administrativa e Financeira (DAF) e após, realização dos trâmites administrativo para a viabilidade de suprimento de fundo para aquisição do orçamento do projeto.
3. Uma reunião para expor o projeto à comunidade socioeducativa.
4. A equipe executora realizará um círculo de diálogo, por semana, com adolescentes, sob o tema “Diversidade étnica racial, de gênero e orientação sexual.” a partir de documentários selecionados. Após, será realizada aplicação de formulários avaliativos da atividade.
5. Realização de palestras quinzenais para a família e adolescentes, com o seguinte tema: “Diversidade e Direitos Humanos na sociedade contemporânea” a ser realizada por palestrante convidado. Após, será realizada aplicação de formulários avaliativos da atividade.
6. Oficinas pedagógicas quinzenais, com adolescentes e servidores, conduzidas pela equipe executora em parceria com os professores da SEDUC, sob o tema “diversidade étnica racial, de gênero e orientação sexual, no ambiente socioeducativo”. Como resultado, pretende-se obter uma produção de textos ou desenhos que valorizem a diversidade cultural e racial sob a ótica do adolescente. Após, será realizada aplicação de formulários avaliativos da atividade.
7. Realização da Culminância dos trabalhos produzidos, com a presença de familiares dos

⁶⁶ A unidade dispõe de 3 (três) alas que são divididas em quartos celas: ala A, ala B e ala protetiva.

adolescentes.

Devido à rotatividade de adolescentes é possível que as turmas tenham alterações de número e de participantes até o encerramento do projeto.

9. SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

- O Projeto será acompanhado pela equipe executora e terão responsabilidade e participação efetiva nas etapas do projeto.
- A equipe técnica de referência, em seus atendimentos aos adolescentes e familiares, dialogarão sobre a participação destes nas atividades.
- A equipe executora analisará as informações de participação, formulários e considerações a respeito das atividades em forma de relatório e enviado a gestão do centro.
- A equipe executora observará a evolução do projeto com o objetivo de controlar a realização de atividades de acordo com prazos e recursos necessários.
- A equipe executora a partir de mudanças na realidade durante a execução das ações analisará o orçamento proposto de forma que fique coerente com a proposta do projeto.
- A equipe executora observará a evolução do projeto com o objetivo de controlar e adaptar a realização de atividades de acordo com prazos e recursos necessários.
- A equipe executora a partir da execução das ações analisará o orçamento proposto de forma que fique coerente com a proposta do projeto.

10. CRONOGRAMA

ATIVIDADES	SETEMBRO /2022		OUTUBRO/2022		NOVEMBRO/2022	
	01 a 15	16 a 30	01 a 15	16 a 31	01 a 15	16 a 30
Elaboração do projeto	X	X				
Entrega/dépósito		X				
Apresentação/defesa		X				
Apresentação do projeto a DAS e DAF.			X			
Apresentação à Comunidade socioeducativa do centro			X	X		

ATIVIDADES	SETEMBRO /2022		OUTUBRO /2022		NOVEMBRO/2022	
	01 a 15	16 a 30	01 a 15	16 a 31	01 a 15	16 a 30
Reuniões de Planejamento das atividades				X	X	X
Realização de palestras com a família e adolescentes, com o seguinte tema “Diversidade e Direitos Humanos na sociedade contemporânea”.				X	X	X
Realização de círculos de diálogos com adolescentes, sob o tema “Diversidade étnica racial, de gênero e orientação sexual.”				X	X	X
Oficinas pedagógicas quinzenais, com adolescentes e servidores, conduzidas pela equipe executora em parceria com os professores da SEDUC, sob o tema “diversidade étnica racial, de gênero e orientação sexual, no ambiente socioeducativo”				X	X	X
Aplicação de formulários avaliativos.				X	X	X
Realização da Culminância do projeto						X

11. RECURSOS

11.1. Recursos Materiais:

- Data Show, Computador, impressora, jornais, livros, revistas, pincel de quadro branco, pen drive, papel com pauta, papel A4 ,lápiz, canetas, borracha, mídias audiovisuais.

11.2 Recursos Humanos:

- Assistente Sociais, Psicólogos e pedagogos, equipe pedagógica SEDUC / FASEPA , Equipe de Monitoria, palestrante.

11.3 Recursos Financeiros:

Objeto	Quantidade	Valor Unitário	Característica	Valor total
Data Show	1	R\$ 202,80	Epson mini-projetor	R\$ 202,80
Computador	01	R\$ 547,86	Mini Cpu Itautec Infoway 2030 2gb Hd 500gb Wifi	R\$ 547,86
Pen drive	02	R\$ 35,00	8 GB de memória	R\$ 70,00
Material de consumo	50 canetas 50 lápis HB 1 Caixa com 50 borrachas 10 pincéis de quadro branco 2 Resmas de papel A4 com 500 folhas cada	-----	-----	R\$ 100
Impressora	01	Disponibilizada pelo Centro	-----	-----
Total				R\$ 919,86

12. PERSPECTIVAS FUTURAS

Para o melhor desenvolvimento do projeto, é importante que os atores sociais assumam uma conduta ética e o que compreendam uma perspectiva moral dentro dos parâmetros norteadores da legislação juvenil, além de assumir o posicionamento político frente as demandas e também propositivo para que possa superar o imediatismo, na compreensão de que o adolescente que adentra o sistema socioeducativo é fruto de suas relações sociais, geralmente conflituosa, violenta ou violentada.

Espera-se que as ações do projeto façam parte do planejamento de atividades desenvolvidas no centro, que seja estendido para as demais unidades de atendimento socioeducativo e que também a instituição possa realizar capacitações aos servidores para que possam ter mais qualificação e interesse em participar de atividades que abordem a temática racial nos ambientes socioeducativos, pois o Estado possui responsabilidade efetiva na garantia de direitos ao adolescente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Federal Nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012.** Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Brasília – 2012.

_____. **Lei Federal Nº 8.069, de 13 de outubro de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente - Brasília, 1990.

_____. **Lei Federal, de 05 de outubro de 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX).** 3º ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

CONANDA. **Resolução n.º 113/2006, dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização do SGD.** Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Brasília: CFESS 1993.

DEUS, Zelia Amador de. **Caminhos trilhados na luta antirracista.** 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020- (Coleção Cultura Negra e Identidades)

EURICO, Márcia Campos. **Racismo na infância.** 1 ed. São Paulo: Cortez, 2020.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

IBGE. Notas metodológicas. In www.ibge.gov.br. Disponível em https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0. Acessado em 26 de agosto de 2022.

LEAL, Aluísio Lins. Uma Sinopse histórica da Amazônia. In: TRINDADE, José R. e MARQUES, Gilberto (orgs.). **Revista de Estudos Paraenses.** Edição Especial – IDESP. Belém, IDESP, 2010.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 18, n. 2, p. 1-14, jul./dez. 2019, Questão Social e Política de Assistência Social Desigualdade e diversidade: o fator amazônico no contexto da Política de Assistência Social no Pará. Maria Cardoso Nascimento Sandra Helena Ribeiro Cruz Reinaldo Nobre Pontes.